

# Energética Suape II S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>17</b>
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>	<b>18</b>

# Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Submetemos para vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Energética Suape II S.A. (“Companhia” ou “Suape”), com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia apresenta a seguir os principais fatos que ocorreram em 2019.

## 1. OPERAÇÃO

Em 2019 a UTE SUAPE II foi despachada 8,45% ao longo de todo o ano, gerando 282.320,44 MWh (Em 2018 o despacho foi de 21,6% gerando 721.540,24 MWh). Deste total, 12,0% foram para atendimento a necessidades do Sistema Interligado Nacional (SIN) e 88,0% foram para atendimento a Manutenção da Reserva de Potência Operativa (Serviços Ancilares), modalidade pautada na Resolução Normativa ANEEL 822/2018. No exercício de 2019 não houveram despachos por Ordem de Mérito em suprimento ao Risco Hidrológico, ou seja, o Custo Marginal de Operação (CMO) do subsistema Nordeste esteve sempre menor do que o Custo Variável Unitário (CVU) da Usina.

A disponibilidade da Usina encerrou o exercício do ano de 2019 em 79% (77% em 2018), onde apesar da continuidade das manutenções de Overhaul de 24.000 horas das unidades geradoras e a manutenção preventiva anual da subestação SE-230 kV houve um aumento da disponibilidade em relação ao exercício do ano anterior de 77,0% o que evidencia a gestão otimizada da operação e manutenção da usina mesmo em cenários críticos para maximização da disponibilidade da Usina.

Ademais, em virtude da dinâmica operacional frente a expectativa imprevisível a longo prazo do despacho pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, restou para o ano de 2020 a finalização da manutenção de *Overhaul* de 24.000 horas da Unidade Geradora 12 com previsão de conclusão no final de jan/2020.

Vale destacar o contínuo investimento da Companhia na área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), sendo este um dos principais pontos fortes desta companhia com ações internas e frente as suas contratadas. No aspecto Segurança do Trabalho, o ponto focal é prevenção através de controle efetivo na execução das atividades e índice zero de acidente. No ano de 2019 ocorreram 03(três) acidentes com afastamento com colaboradores das terceirizadas, porém sem nenhum dano grave ou sequelas aos acidentados. Toda assistência e acompanhamento dos colaboradores foram prestadas para que os mesmos retornassem a desempenhar suas atividades regularmente, além do mais todas as medidas de prevenção e controle de riscos para que os mesmos acidentes não voltem a acontecer foram tomados. Encerramos o ano de 2019 com 101 dias sem acidentes com afastamento retomando a meta de alcançar os 1000 dias sem acidentes com afastamento. Nosso recorde é de 835 dias. No aspecto meio ambiente, os esforços de

implantação de uma gestão ambiental sólida permaneceram em 2019, com um cumprimento das exigências presentes nas licenças de operação e promoção de ações que estimulem o desenvolvimento de práticas internas de gestão de resíduos, preservação da fauna e da flora, acompanhamentos dos efluentes industriais e sanitários com afinco, mantendo o padrão de não termos queixas ou denúncias ligadas à área ambiental até o presente momento.

## **2. AMBIENTE REGULATÓRIO**

### **2.1 Serviço Ancilares – REN 697/2015 > aprimorado pela REN 822/2015**

A Resolução estabelece os procedimentos para prestação dos serviços ancilares. A REN 822/2018 tem como objetivo o despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa, com o intuito de preservar a reserva de potência operativa das unidades geradoras hidráulicas participantes do Controle Automático de Geração – CAG.

A Suape assinou o contrato em dezembro de 2018 para prestação dos serviços ancilares. Os valores da prestação de serviço considerando o período de dez/18 a maio/19 somaram o montante de aproximadamente R\$ 33 milhões, dos quais R\$ 4 milhões já foram recebidos na contabilização de setembro, referente a recontabilização dos meses de dez/18 e jan/19. A partir da recontabilização do mês de fev/19 a CCEE identificou inconsistência nas regras e paralisou os reprocessamentos. A CCEE e a ANEEL informaram que será aberta audiência pública para correção da inconsistência para posterior realização do pagamento dos aproximados R\$ 28 milhões restantes.

### **2.2 Cronograma de Abertura do Mercado**

Alteração dos limites do mercado livre, modificando a LEI 13.360/2016, o qual elimina o tratamento diferenciado para os consumidores conectados antes ou depois de julho/1995 com demanda de 3.000 kW. Alteração da demanda mínima para se tornar elegível a ser classificado como consumidor livre através da portaria MME 514/2018. Além disso, está em consulta pública pelo ministério de minas e energia CP MME 77 e NT 06/2019 proposta de alteração/redução escalonada até janeiro de 2022.

Na mesma NT consta comando da ANEEL para a CCEE apresentar estudo para redução da demanda mínima (<500 kW) para migração ao mercado livre a partir de janeiro de 2024.

Atualmente a Suape possui um contrato de demanda para consumo de energia elétrica de 30 kW com a distribuidora local no ambiente cativo. Ao passo que o Mercado migre para o Ambiente Livre a Suape poderá negociar esta demanda a preços mais competitivos.

### **2.3 PLD horário máximo/mínimo e PLD Estrutural – (Resultado da Audiência Pública nº 22/2019, instituída com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da metodologia de definição dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD).**

Alteração do PLD Mínimo com base no maior valor entre a TEO Itaipu e TEO das demais usinas do MRE, antes o PLD mínimo era com base na receita anual de geração (RAG).

Criação do PLD Máximo Horário, com base na média ponderada por potência dos CVUS das UTEs a diesel, o valor base (mês de referência setembro/2019) é de 1.141,85 R\$/MWh, além disso, foi definido o PLD Máximo Estrutural, com o intuito de garantir segurança financeira ao sistema, e atuar de forma conjunto com o PLD máximo horário, em que a média dos 24 PLDS horário supere o teto do PLD estrutural, os 24 PLDs horários serão ajustados uniformemente para que a média das 24 horas fique igual ao PLD teto estrutural. Essa análise será realizada pela CCEE diariamente. Abaixo destacamos as vigências das alterações:

- PLD máx. horário: Sombra em 2020 e análise do impacto após primeiro quadrimestre de 2020.
- PLD máx. horário e PLD máx. estrutural: revisão em 2023, com reajuste anual pelo IPCA.
- PLD mín. revisão anual, passará a vigorar a partir de janeiro de 2020.
- PLD máx. estrutural: passará a ter seu valor vigente a partir de janeiro de 2020

#### **2.4 Separação Lastro e Energia GT Modernização do Setor Elétrico e CP MM 83/2019**

O tema está sendo tratado no âmbito do GT de Modernização do Setor Elétrico, com possíveis medidas aplicáveis nos próximos anos.

Destacamos os 3 grandes motivadores em separador os dois produtos (lastro e energia):

- Mudança da Matriz Energética ao longo dos anos, principalmente, com a entrada de fontes intermitentes e não controláveis;
- Alocação de custo adequada da expansão do sistema, onde o custo é rateado de forma justa entre o mercado cativo e o mercado livre;
- Crescimento sustentável e neutralidade tecnológica, que não apresente barreiras para a entrada de novas tecnologias.

#### **2.5 Aneel quer antecipar fim de contratos de térmicas caras para aliviar tarifa**

(<https://br.reuters.com/article/idBRKBN1WP2C7-OBRTTP>)

Conforme constante na entrevista concedida pelo Diretor Geral da ANEEL a Reuters, a ANEEL avaliou a possibilidade de antecipar o encerramento dos contratos de uma série de termelétricas com elevado custo de geração para reduzir tarifas aos consumidores já em 2020. A medida está alinhada a plano do Ministério de Minas e Energia de promover no ano que vem um leilão para substituir essas usinas, a maioria a óleo, por unidades a gás, segundo Pepitone, que prevê que a iniciativa pode ter impacto negativo de 2% sobre as tarifas de energia.

A entrevista do Diretor Geral da ANEEL está linha com as contribuições enviadas pelos agentes no âmbito da Consulta Pública CP MME 079/2019.

## 2.6 Agenda Regulatório ANEEL 2020/2021

A seguir destacamos os itens listados pela ANEEL na AP 041/19 com o intuito de elaborar a agenda regulatório para o ano de 2020/2021:

- Revisar a Resolução Normativa nº 697/2015, que regulamenta a prestação e remuneração de serviços ancilares no SIN.
- Análise do projeto piloto sobre Resposta da Demanda.

## 3. INVESTIMENTOS EM P&D

Em 2019 houve a contratação de 3 novos projetos de P&D (f, g e h):

- a) Desenvolvimento de sistema para diagnóstico termomecânico de falhas em motores de combustão interna;
- b) Análise on line da qualidade do óleo combustível de motogeradores através da técnica da assinatura ultrassom;
- c) Desenvolvimento de protótipo funcional de novo conjunto transformador atenuador de harmônicos;
- d) Pesquisa para elevação da potência ativa fornecida pela usina termoelétrica da Suape energia com base em redes inteligentes;
- e) Desenvolvimento e aplicação de sistema de recuperação de óleo combustível presente em correntes de água oleosa e implantação de sistema de monitoramento on-line da qualidade do óleo combustível em usinas termelétricas aplicando espectroscopia de infravermelho próximo (NIR);
- f) Captura de Carbono, desenvolvimento de dispositivo utilizando hidrogênio e oxigênio para redução da emissão de gases poluentes no ciclo de combustão carburante;
- g) Guaçu Biomassa, construção de um sistema móvel sobre um caminhão, com a finalidade de tratar e compactar cavacos de madeira transformando-os em briquetes, com elevado poder calorífico
- h) Monitoramento do Trafo, o projeto consiste no desenvolvimento de um sistema on-line de monitoramento e diagnóstico preditivo da condição de transformadores de potência, usando técnicas de IA como *Machine Learning* e *Data Analytics*. A Aplicação do sistema em condição real e *on-line*, usando as novas técnicas de IA, difere da maioria das pesquisas anteriores.

Dos 08 (oito) projetos, o primeiro denominado “Desenvolvimento de Sistema para Diagnóstico Termomecânico de Falhas em Motores de Combustão Interna”, que teve duração de 24 (vinte e quatro meses), no período 17/01/2014 a 16/01/2016, foi avaliado pela ANEEL. O projeto recebeu nota 4 (máximo de 5), sendo reconhecido o valor total investido de R\$ 1.752.774,56, sem qualquer glosa, bem como foi solicitado o registro da patente junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI.

Os projetos “Análise on line da qualidade do óleo combustível de motogeradores através da técnica da assinatura ultrassom” e “Desenvolvimento de protótipo funcional de novo conjunto transformador atenuador de harmônicos” foram encerrados em 2018, a auditoria dos projetos foi concluída em 2019 e os relatórios finais foram enviados para a avaliação da ANEEL. A Companhia está aguardando a avaliação dos projetos pela Aneel.

Além dos projetos ativos, a Suape atualmente prospecta projetos relevantes para a sua operação, recebendo propostas através do e-mail [ped@suapeenergia.com.br](mailto:ped@suapeenergia.com.br).

## 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 4.1 Indicadores empresariais

Indicadores Empresariais (R\$ mil)	31/12/2019	31/12/2018	Variação % 2019/2018
<b>Indicadores Econômicos</b>			
Receita Operacional Bruta	557.435	804.755	-30,73%
Receita Operacional Líquida	507.669	731.745	-30,62%
EBITDA	210.832	200.307	5,25%
Resultado Operacional	187.236	176.937	5,82%
Resultado Financeiro	(25.171)	(31.065)	-18,97%
Lucro líquido	151.444	129.463	16,98%

Indicadores Financeiros	31/12/2019	31/12/2018	Variação % 2019/2018
Ativo Total	676.614	810.072	-16,47%
Patrimônio Líquido	400.321	352.115	13,69%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades (a)	154.313	335.652	-54,03%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	0,278	0,488	-42,99%
Dívida de Curto Prazo Líquida / Dívida Total Líquida	0,139	0,238	-41,39%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,592	0,435	36,12%

- a) A Companhia realizou a liquidação do empréstimo FAT no valor R\$ 114.977 milhões em outubro de 2019. A Companhia realizou a liquidação através da repactuação dos montantes disponíveis nos depósitos vinculados ao FAT, provenientes de recursos liberados e não comprovados a época, e do saldo do fundo de investimento FAT equivalente a seis meses do serviço da dívida.

A evolução do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

Conciliação EBITDA (R\$ mil)	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido	151.444	129.463
Despesas Financeiras	34.115	43.455
Receitas Financeiras	(8.944)	(12.390)
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.621	16.409
Depreciação e Amortização	23.596	23.370
<b>EBITDA</b>	<b>210.832</b>	<b>200.307</b>

## 5. ENDIVIDAMENTO

Em 2019 houve uma redução de 50,87% do nível de endividamento total da companhia de R\$ 171.584 milhões em 31/12/2019 contra R\$ 349.266 milhões em 31/12/2018. O endividamento de curto prazo reduziu em 58,50% sendo R\$ 38.790 milhões em 31/12/2019 contra R\$ 93.470 milhões em 31/12/2018 devido a amortização dos empréstimos de acordo com os vencimentos e a liquidação antecipada do empréstimo FAT.

## 6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Companhia tem por acionistas a Savana SPE Incorporações Ltda. e a Petróleo Brasileiro S.A. que detém, respectivamente, 80% e 20% de suas ações.

## 7. AUDITORES INDEPENDENTES

Para o exercício de 2019, a Companhia celebrou contrato com a KPMG Auditores Independentes, conforme autorizado pelo Conselho de Administração. A política desta contratação adotada pela Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 2019 foi emitido sem qualquer ressalva, referendando desta forma a adequação dos reportes patrimoniais, de resultado operacional e de fluxo de caixa com as normas contábeis vigentes no Brasil.

## 8. PERSPECTIVAS 2020

Apesar da matriz energética brasileira ser predominante hidroelétrica, os baixos níveis hídricos em determinados períodos do ano trazem consigo a clara necessidade e a extrema importância do parque termelétrico no país, onde ainda que tenhamos as fontes complementares e renováveis, como por exemplo as usinas eólicas e solares, estas fontes não fornecem segurança energética para o sistema dada a sua intermitência na produção devido uma imprecisão na previsibilidade dos ventos pelos modelos estatísticos e climáticas existentes.

A UHE Belo Monte teve 100% da sua capacidade instalada no subsistema Norte o que apesar da sua operação não ser controlada por reservatórios, tem-se por diretriz a operação flat ao longo de todo o ano de 2020 o que maximiza a continuidade da exportação do Norte aos subsistemas Nordeste e Sudeste. Somado a isto é esperado que no Nordeste haja a máxima exploração dos recursos eólicos de maneira a promover uma operação otimizada com baixos custos.

Atualmente estão sendo concentrados constantes esforços para a inclusão de mais térmicas a gás natural, térmicas estas mais baratas e menos poluente se comparadas às a óleo combustível e óleo diesel. Com vista a trazer segurança energética para o sistema, uma vez que com a inserção de cada vez mais fontes renováveis, o recurso térmico ainda se faz extremamente necessário e com o baixo custo do gás natural somado a segurança que a fonte térmica traz para o sistema é notável a transição deste novo modelo de operação do SIN.

Nesta linha, em 2020 iniciará a operação comercial da termelétrica a gás natural UTE Porto Sergipe I com capacidade instalada de 1,5 GW, contudo ainda que expressiva a sua capacidade para gerar não há uma garantia de que esta térmica irá gerar constantemente devidos a complexidade logística operacional desta usina. O que nos leva a crer que ainda se fará necessário o acionamento térmico de algumas térmicas a óleo, dentre elas, a UTE Suape II para suportar a segurança energética do subsistema nordeste.

Diante de todos esses fatores e feita uma análise estatísticas a Suape prevê para o exercício do ano de 2020 um despacho de 10% distribuídos de forma a suprir os períodos de menor produção eólica no subsistema nordeste e pelo o que apontam os modelos estatísticos de previsão de afluência o suprimento pela mitigação do risco hidrológico.

Por fim, uma vez que mantidas as boas práticas no cumprimento dos procedimentos e o foco na manutenção e execução do planejamento de operação anual de forma a contribuir para a melhora da disponibilidade da planta, tendo uma melhor gestão do estoque, a maximização dos descontos comerciais, a diminuição dos custos com manutenções corretivas e das despesas em geral, além da já experimentada oportunidade de somar até 30% do valor do Custo Variável Unitário - CVU da usina para composição da receita variável realizadas pela Prestação dos Serviços Ancilares acreditamos que tenhamos êxitos satisfatórios na lucratividade da Companhia.

Cabo de Santo Agostinho, 31 de janeiro de 2020

A Administração



KPMG Auditores Independentes  
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104  
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil  
Telefone +55 (81) 3414-7950  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas e Administradores da Energética Suape II S.A.

Cabo de Santo Agostinho - PE

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Suape II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Suape II S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 31 de janeiro de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC PE-000904/F-7



Raniery Borges Marques  
Contador CRC 1SP217700/O-3

## Energética Suape II S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	17.271	13.614	Fornecedores	16	9.863	8.050
Aplicações financeiras restritas	9	-	53.203	Empréstimos, financiamentos e encargos	17	38.790	93.470
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	75.251	70.400	Tributos e contribuições sociais	18	5.391	6.554
Estoques	11	45.043	58.952	Passivo fiscal corrente	18.1	8.891	4.376
Tributos e contribuições a recuperar	12	4.070	6.496	Taxas Regulamentares	19	22.336	19.841
Ativo fiscal corrente		-	3.147	Dividendos e juros sobre o capital próprio	20	28.629	24.817
Despesas pagas antecipadamente		959	994	Outras contas a pagar	21	11.802	21.708
Outros créditos	13	19.532	19.132				
		<b>162.126</b>	<b>225.938</b>			<b>125.702</b>	<b>178.816</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras restritas	9	10.757	64.992	Empréstimos, financiamentos e encargos	17	132.794	255.796
Outros créditos	13	9.879	9.879	Passivo fiscal diferido	18	-	1.254
Ativo fiscal diferido	12	1.312	-	Taxas Regulamentares	19	3.602	4.164
		<b>21.948</b>	<b>74.871</b>	Outras contas a pagar	21	14.195	17.927
						<b>150.591</b>	<b>279.141</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	14	491.555	507.851	Capital social	23	139.977	139.977
Intangível	15	985	1.412	Reserva legal		27.995	27.995
		<b>514.488</b>	<b>584.134</b>	Reserva de lucros	20	82.976	71.697
				Reserva de Incentivos Fiscais	23	149.373	112.446
						<b>400.321</b>	<b>352.115</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>676.614</b>	<b>810.072</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>676.614</b>	<b>810.072</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Energética Suape II S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2019	2018
<b>Receita operacional líquida</b>	25	<b><u>507.669</u></b>	<b><u>731.745</u></b>
<b>Custo Operacional</b>			
Custo de operação	26	(222.567)	(402.105)
Custo de compra de energia elétrica	26	<u>(78.227)</u>	<u>(101.698)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>206.875</b>	<b>227.942</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	26	(16.367)	(22.510)
Outras Despesas Operacionais	26	(5.348)	(33.324)
Outros Receitas Operacionais	26	<u>2.076</u>	<u>4.829</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>187.236</b>	<b>176.937</b>
Despesas financeiras	27	(34.115)	(43.455)
Receitas financeiras	27	<u>8.944</u>	<u>12.390</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b><u>(25.171)</u></b>	<b><u>(31.065)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>162.065</b>	<b>145.872</b>
Imposto de renda	18.2	(36.859)	(33.431)
Contribuição social	18.2	(13.255)	(12.022)
IR diferido	18.2	1.887	2.005
CS diferido	18.2	679	722
Incentivo Fiscal SUDENE	18.2	<u>36.927</u>	<u>26.317</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>151.444</u></b>	<b><u>129.463</u></b>
<b>Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas - R\$ 1,00</b>		<b>1,08</b>	<b>0,92</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Energética Suape II S.A.**

### **Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u><b>151.444</b></u>	<u><b>129.463</b></u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u><b>151.444</b></u></u>	<u><u><b>129.463</b></u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Energética Suape II S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de Incentivos Fiscais</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b><u>139.977</u></b>	<b><u>24.117</u></b>	<b><u>86.129</u></b>	<b><u>68.847</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>319.070</u></b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	129.463	129.463
<i>Destinação do lucro</i>							
Constituição da Reserva legal	20	-	3.878	-	-	(3.878)	-
Juros sobre Capital Próprio	20	-	-	-	-	(18.362)	(18.362)
Dividendo mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(9.209)	(9.209)
Distribuição de lucros	20	-	-	-	(68.847)	-	(68.847)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	20/23	-	-	26.317	-	(26.317)	-
Constituição da reserva de lucros		-	-	-	71.697	(71.697)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b><u>139.977</u></b>	<b><u>27.995</u></b>	<b><u>112.446</u></b>	<b><u>71.697</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>352.115</u></b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	151.444	151.444
<i>Destinação do lucro</i>							
Constituição da Reserva legal	20	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	20	-	-	-	-	(19.412)	(19.412)
Dividendo mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(12.129)	(12.129)
Distribuição de lucros	20	-	-	-	(71.697)	-	(71.697)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	20/23	-	-	36.927	-	(36.927)	-
Constituição da reserva de lucros		-	-	-	82.976	(82.976)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b><u>139.977</u></b>	<b><u>27.995</u></b>	<b><u>149.373</u></b>	<b><u>82.976</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>400.321</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energética Suape II S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>151.444</b>	<b>129.463</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortização	23.946	23.837
Baixa no ativo imobilizado e intangível	40	18
Imposto de renda e contribuição social - correntes e incentivo fiscal SUDENE	(2.566)	(2.727)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13.187	19.136
Encargos de empréstimos e financiamentos	29.534	40.509
	<b>215.585</b>	<b>210.236</b>
<b>Varição em:</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(4.851)	56.896
Impostos a recuperar	5.573	(1.706)
Estoques	13.909	(8.585)
Demais ativos circulantes	(365)	1.790
Fornecedores	1.813	(70.916)
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.112	835
Provisões em P&D	1.933	2.154
Outras contas a pagar	(13.637)	18.882
	<b>222.072</b>	<b>209.586</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>222.072</b>	<b>209.586</b>
Impostos pagos sobre o lucro	(11.947)	(14.760)
Juros pagos	(30.406)	(40.812)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>179.719</b>	<b>154.014</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Resgate das aplicações financeiras restritas	107.438	(6.312)
Aquisição de imobilizado	(7.264)	(772)
Atualização dos juros sobre capital próprio líquido	(518)	(390)
Aquisição de intangível	-	(52)
<b>Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<b>99.656</b>	<b>(7.526)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recursos provenientes de novos empréstimos	91.576	134.481
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(268.386)	(210.619)
Pagamento de dividendos	(83.185)	(80.309)
Juros sobre o capital próprio pagos	(15.723)	(14.711)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(275.718)</b>	<b>(171.158)</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.657</b>	<b>(24.670)</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	13.614	38.284
Caixa e equivalentes no final do exercício	17.271	13.614
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.657</b>	<b>(24.670)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Energética Suape II S.A. (“Suape”, “Companhia” ou “UTE Suape II”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com a finalidade de desenvolver, implementar, operar e explorar uma usina termelétrica movida a óleo combustível e está localizada próximo ao Complexo Portuário de Suape, Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco é considerada atualmente a maior termelétrica a óleo combustível (OCB1) da América Latina. Está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 230kV onde se interliga a 5,5 km com a Subestação SE Suape II da Companhia Hidroelétrica São Francisco (CHESF), tendo em vista fornecer a sua máxima energia disponível de maneira a compor sua significativa parcela no suprimento energético do Setor Elétrico Brasileiro, realizando um papel importantíssimo para o país, em especial a Região Nordeste, onde está localizada.

A UTE Suape II sagrou-se vencedora do leilão de energia nova A-5 de 2007, tendo início da sua operação comercial em 24 de janeiro de 2013 e finalização do seu Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) previsto para 31 de dezembro de 2026, com outorga de autorização até 2043 através da portaria autorizativa MME 217/2008. Por meio da Resolução ANEEL nº 2.656/2010 ampliou sua potência instalada para 381,255MW (17x22,425 MW) e em 03/2016 teve sua garantia física revisada de 265,4 MW para 269,1 MW, conforme Portaria MME 046/2016.

Em 2019, a UTE SUAPE II foi despachada 8,45% ao longo de todo o ano, gerando 282.320,44 MWh (Em 2018 o despacho foi de 21,6% gerando 721.540,24 MWh). Deste total, 13% foram para atendimento a necessidades do Sistema Interligado Nacional (SIN) e 87% foram para atendimento a Manutenção da Reserva de Potência Operativa (Serviços Ancilares), modalidade pautada na Resolução Normativa ANEEL 822/2018. No exercício de 2019 não houveram despachos por Ordem de Mérito em suprimento ao Risco Hidrológico, ou seja, o Custo Marginal de Operação (CMO) do subsistema Nordeste esteve sempre menor do que o Custo Variável Unitário (CVU) da Usina.

A disponibilidade da Usina encerrou o exercício do ano de 2019 em 79% (77% em 2018), onde apesar da continuidade das manutenções de Overhaul de 24.000 horas das unidades geradoras e a manutenção preventiva anual da subestação SE-230 kV houve um aumento da disponibilidade em relação ao exercício do ano anterior de 77,0% o que evidencia a gestão otimizada da operação e manutenção da usina mesmo em cenários críticos para maximização da disponibilidade da Usina.

Apesar da matriz energética brasileira ser predominante hidroelétrica, os baixos níveis hídricos em determinados períodos do ano trazem consigo uma necessidade intrínseca de controle no fornecimento da geração, o qual cria a necessidade por fontes que possuem capacidade de controlar essa intermitência, como térmicas. Suape prevê para o exercício do ano de 2020 um despacho de 10% distribuídos de forma a suprir os períodos de menor produção eólica no subsistema nordeste e pelo o que apontam os modelos estatísticos de previsão de afluência o suprimento pela mitigação do risco hidrológico.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi aplicado. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 7.14.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e base de mensuração**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a. Julgamentos**

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 18** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 14** - Imobilizado - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 22** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 18** - Imposto de renda e contribuição social diferidos - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 28** - Instrumentos financeiros - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo;

**(i) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

**Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

**Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

## **5 Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

### **a. CPC 06 (R2) – Operações Arrendamento Mercantil**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 (R2) eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do CPC 06 (R2), a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil

O arrendatário pode decidir não aplicar os requisitos da norma para arrendamentos de ativos subjacentes de baixo valor e arrendamentos de curto prazo.

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente locação de equipamentos para operação e equipamentos de TI, a Companhia avaliou os contratos de arrendamento e identificou que todos os contratos se qualificam de curto prazo (se encerram dentro de 12 meses da data da aplicação inicial) e/ou de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI), que se aplicam nos requisitos de isenção da norma.

No período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e de ativos subjacentes de baixo valor, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato. Dessa forma a Administração concluiu que não existem impacto nas demonstrações financeiras decorrentes dessa norma contábil com base nas características dos contratos da Companhia.

### **b. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

O ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata:

Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;

As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;

Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e

Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Não foram identificados impactos na adoção do ICPC 22.

## **6 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

## **7 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **7.1 Moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### **7.2 Receita de contrato com cliente**

As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica. A receita é apresentada líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. A receita operacional é reconhecida quando a Companhia satisfaz a obrigação da prestação de serviços prometida ao cliente.

Segue abaixo as receitas operacionais que a Companhia reconhece, em conformidade com o CPC 47.

#### ***Receita Energia Elétrica no Ambiente Regulado***

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

#### ***Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre***

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

### **7.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. São classificadas a custo amortizado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado.

### **7.4 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros

A receita e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelos juros efetivos. A Companhia classifica a despesa de juros como fluxos de caixa das atividades operacionais.

### **7.5 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

#### **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Os ativos tributários diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios da Companhia e a reversão de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são revisados em cada data do balanço e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros melhorar.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de balanço e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **7.6 Subvenções governamentais (Lucro da exploração)**

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

Em 2013, a Companhia passou a ter o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não-restituíveis, pelo prazo de 10 (anos).

## **7.7 Estoques**

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

## **7.8 Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### **(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

### **(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas à medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido.

## **7.9 Intangível**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões e *softwares*. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

### **(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

### **(iii) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustadas caso seja apropriado.

## **7.10 Instrumentos financeiros**

### **7.10.1 Ativos financeiros**

#### *(i) Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### *(ii) Classificação e mensuração subsequente*

##### **Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Instrumentos patrimoniais a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### **7.10.2 Passivos financeiros**

#### *Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **7.10.3 Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## **7.11 Capital social**

O capital social está representado por ações ordinárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

## **7.12 Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

### **(i) Ativos financeiros não-derivativos**

#### *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito, quando aplicável, sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e

Ativos de contrato.

Quando aplicável, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato, quando aplicáveis, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

Quando aplicável, a provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são alocadas para redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**7.13 Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

**7.14 Arrendamentos**

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por não reconhecer ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo que seriam isentos pela norma. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

***Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019***

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

### **Como arrendatário**

No início de um contrato a Companhia avalia se o contrato contém um arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo de arrendamento, ou se o custo de ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxa de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multa por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercera uma opção e compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

### ***Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019***

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, o Grupo determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e

O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:

- O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção

### ***Como arrendatário***

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

### **7.15 Mensuração do Valor Justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

### **7.16 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

### **7.17 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas de IFRS;

Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);

Definições de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e

IFRS 17 Contratos de Seguros.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e bancos	2.861	7.345
Aplicações financeiras - Certificados de depósito bancário (CDB)	14.410	6.269
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.271</b>	<b>13.614</b>

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata remunerados ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as aplicações apresentaram rendimentos de aproximadamente 83% do CDI (2018: 87% do CDI).

## 9 Aplicações financeiras restritas

Instituição financeira	Modalidade	Ref	Vencimento	Indexador	2019	2018
Banco do Nordeste do Brasil S/A	Depósitos Vinculados FAT Proinfra	(a)	16/12/2025	98 % CDI	-	53.203
Banco do Nordeste do Brasil S/A	Fundo de Investimento FAT	(b)	16/12/2025	96,52% CDI	-	26.100
Banco do Nordeste do Brasil S/A	Fundo de Investimento FNE	(b)	10/11/2026	96,52% CDI	6.711	35.070
Banco do Nordeste do Brasil S/A	Garantia CCG	(c)	-	98% do CDI	3.911	3.695
Banco do Brasil S/A	Garantia CCT	(d)	-	94% do CDI	135	128
<b>Total de aplicações financeiras restritas</b>					<b>10.757</b>	<b>118.196</b>
Circulante					-	53.203
Não circulante					10.757	64.992

- (a) Depósito vinculado à liquidação do empréstimo de Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT Proinfra. Em outubro 2019, a Companhia optou por realizar a liquidação antecipada desse empréstimo.
- (b) Corresponde aos fundos de liquidez dos empréstimos Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e FAT, para garantia de pagamento dos empréstimos, equivalente a seis meses dos serviços da dívida. O Fundo de investimento do FAT foi liberado 100% na liquidação do empréstimo e o fundo de investimento do FNE foi revisado e o montante foi reduzido a três meses dos serviços da dívida
- (c) Corresponde à aplicação em CDB firmado com o Banco do Nordeste por meio do Contrato de Administração de Garantias ao CCG.
- (d) Corresponde à conta de administração às garantias CCT - CHESF.

## 10 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	2019	2018
Contas a receber de clientes (a)	1.771	5.479
Valores a faturar (b)	32.331	57.809
Liquidação no mercado de curto prazo – serviços ancilares (c)	28.401	1.272
Liquidação no mercado de curto prazo (d)	<u>12.748</u>	<u>5.840</u>
<b>Total de contas a receber</b>	<b><u>75.251</u></b>	<b><u>70.400</u></b>

- (a) O montante contabilizado no contas a receber é composto de valores faturados de venda de energia de novembro de 2019, com vencimento inferior a 90 dias.
- (b) A parcela a faturar se refere à energia gerada nos meses de novembro (deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2019) e dezembro de 2019, conforme Contrato de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- (c) A liquidação no mercado de curto prazo – serviços ancilares, refere-se à remuneração suplementar aos agentes de geração de despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa, conforme Contrato de Prestação de Serviços Ancilares - CPSA, esse modelo de remuneração complementar iniciou em 2018 e o cronograma de pagamento está em processo de análise pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A Companhia gerou na modalidade ancilar nos meses de dezembro de 2018 a maio de 2019. O montante em aberto refere-se ao período de geração de fevereiro a maio de 2019, os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019 foram recebidos em novembro de 2019, o cronograma de pagamento dos meses a receber ainda não foi divulgado pela CCEE.
- (d) A liquidação no mercado de curto prazo é referente a recuperação de energia adquirida pela Companhia no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento.

### **Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável**

A Companhia não possui histórico de perdas efetivas por redução ao valor recuperável relacionadas ao Contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não possui nenhum montante a receber vencido.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’, está divulgada na nota explicativa 29.

## 11 Estoques

Os estoques da Companhia são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos (principalmente combustível) é o custo médio.

	Ref.	2019	2018
<b>Estoque de combustível</b>			
Combustível	(a)	<u>14.208</u>	<u>18.138</u>
<b>Estoque de peças patrimonial</b>			
Garantia	(b)	10.244	19.170
Overhaul		<u>-</u>	<u>1.007</u>
		<u>10.244</u>	<u>20.177</u>
<b>Estoque de peças</b>			
Segurança / Mínimo	(c)	19.716	18.201
Overhaul		<u>875</u>	<u>2.436</u>
		<u>20.591</u>	<u>20.637</u>
<b>Total de estoques</b>		<u><b>45.043</b></u>	<u><b>58.952</b></u>

- (a) O saldo em estoque de combustível refere-se ao OCB1. Diante de um cenário com menor expectativa de geração a Companhia decidiu reduzir o nível de OCB1 em estoque no exercício de 2019, mantendo um estoque mínimo para geração de aproximadamente 3 dias.
- (b) Estoque de peças patrimonial recebidas em garantia para substituição de peças danificadas e manutenção de overhaul 24.000 horas, a variação nesse estoque no exercício de 2019 foi decorrente, principalmente, do consumo de peças para realização da manutenção de overhaul em 3 motores.
- (c) Estoque de peças críticas essenciais para a segurança operacional da Companhia, sendo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas.

## 12 Tributos e contribuições a recuperar

	Ref.	2019	2018
Imposto de renda diferido	(a)	965	-
Contribuição social diferida	(a)	347	-
IRRF sobre aplicação financeira		-	282
PIS	(b)	627	1.092
COFINS	(b)	2.881	4.560
Tributos a compensar		550	550
INSS		4	4
ISS		7	7
ICMS		<u>1</u>	<u>1</u>
<b>Total de tributos e contribuições a recuperar</b>		<u><b>5.382</b></u>	<u><b>6.496</b></u>
Circulante		4.070	6.496
Não circulante		1.312	-

- (a) Imposto diferido composto por adições temporárias referente provisão de fornecedores.
- (b) A Companhia reconhece valores a recuperar de PIS e COFINS decorrentes do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, e que possibilitaram às empresas a deduzir créditos nas aquisições de bens e serviços utilizados em seu processo produtivo, os quais serão realizado no decorrer do exercício de 2020.

## 13 Outros créditos

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Valores a receber da Petrobras Distribuidora S.A. (a)	9.879	9.879
Pesquisa e desenvolvimento em curso (b)	19.488	14.644
Outros (c)	44	4.488
<b>Total de outros créditos</b>	<b>29.411</b>	<b>29.011</b>
Circulante	19.532	19.132
Não circulante	9.879	9.879

- (a) Refere-se aos valores a receber decorrente do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais emitidas pela Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) referente as compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a Companhia o incentivo fiscal do diferimento desse imposto a partir da operação de venda da distribuidora. Em conformidade com a Lei nº 15.615 de 08 de outubro de 2015, desde 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo diesel para consumo na UTE tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Face a inobservância da Lei nº 15.615/2015 desde o início de sua vigência, a Petrobras Distribuidora S/A reconheceu o recolhimento do ICMS feito a maior, no montante total de R\$ 9.879, em outubro e novembro de 2015, apresentando pedido de ressarcimento/restituição junto à SEFAZ/PE, protocolado sob o nº 2017.000000647209-47, através do qual reconhece que repassará o valor para a Companhia, não havendo controvérsia sobre o valor e o direito da Companhia, apenas o desconhecimento sobre o momento no qual a integralidade do adiantamento será ressarcida.

Importante mencionar que a BR Distribuidora questionou ao Estado de Pernambuco (SEFAZ) sobre a efetiva aplicação desta Lei e que até a presente data o Estado ainda não se manifestou. Diante deste cenário, quando da aquisição do produto pela Companhia foi registrado como custo do combustível todo o ICMS destacado nas notas fiscais de compra de OCB1 da mesma forma que antes desta Lei.

A Administração não tem dúvidas quanto ao direito de ressarcimento do valor perante os órgãos competentes e, considerando o histórico de consultas realizadas junto a Sefaz, que pode ser observado em outras empresas do setor, tem expectativa de que o valor será realizado nos próximos exercícios.

- (b) Compreendem gastos reembolsáveis bem como gastos com projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituído pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 316/2008 e 504/2012, que após o encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar.
- (c) O saldo no exercício findo de 2018 era referente, principalmente, a indenização de seguro operacional devido o sinistro nos motores 6 e 17. Esse montante foi recebido em fevereiro de 2019.

## 14 Ativo imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em curso (a)	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>9.978</b>	<b>375.878</b>	<b>117.962</b>	<b>199</b>	<b>453</b>	<b>504.470</b>	<b>29</b>	<b>504.499</b>
Aquisição	-	605	53	-	82	740	32	772
Baixa	-	(14)	-	-	(4)	(18)	-	(18)
Depreciação	-	(19.624)	(3.688)	(55)	(41)	(23.408)	-	(23.408)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>9.978</b>	<b>356.845</b>	<b>114.327</b>	<b>144</b>	<b>490</b>	<b>481.784</b>	<b>61</b>	<b>481.845</b>
Custo total	9.978	490.713	139.405	387	704	641.187	61	641.248
Baixa	-	(14)	-	-	(4)	(18)	-	(18)
Depreciação acumulada	-	(133.854)	(25.078)	(243)	(210)	(159.385)	-	(159.385)
<b>Valor contábil em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>9.978</b>	<b>356.845</b>	<b>114.327</b>	<b>144</b>	<b>490</b>	<b>481.784</b>	<b>61</b>	<b>481.845</b>
Aquisição	-	2.919	204	141	78	3.342	375	3.717
Baixa	-	(5)	-	(18)	(3)	(26)	-	(26)
Depreciação	-	(19.754)	(3.692)	(44)	(44)	(23.534)	-	(23.534)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>9.978</b>	<b>340.005</b>	<b>110.839</b>	<b>223</b>	<b>521</b>	<b>461.566</b>	<b>436</b>	<b>462.002</b>
Custo total	9.978	493.632	139.609	528	782	644.529	436	644.965
Baixa	-	(19)	-	(18)	(7)	(44)	-	(44)
Depreciação acumulada	-	(153.608)	(28.770)	(287)	(254)	(182.919)	-	(182.919)
<b>Valor contábil em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>9.978</b>	<b>340.005</b>	<b>110.839</b>	<b>223</b>	<b>521</b>	<b>461.566</b>	<b>436</b>	<b>462.002</b>
Depreciação anual média - %	-	<b>4,00</b>	<b>2,64</b>	<b>14,29</b>	<b>6,25</b>	-	-	-

(a) Refere-se à aquisição de consórcio de um veículo e construções de edificações em andamento

Além dos ativos mencionados acima, a Companhia possui peças sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos classificados no grupo do imobilizado conforme item 8 do CPC 27, esses materiais serão utilizados nas manutenções corretivas das máquinas e equipamentos do ativo imobilizado da Companhia e são essenciais para garantir a segurança operacional e a administração espera usá-los por mais de um período. Desta forma, em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil do imobilizado correspondente a peças sobressalentes era de R\$ 29.553 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 26.006), totalizando R\$ 491.555 (Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 507.851) de bens do ativo imobilizado.

O efeito no fluxo de caixa da Companhia referente as peças sobressalentes foi de R\$ 3.547 de aquisições na atividade de investimento, totalizando um efeito de R\$ 7.264 de aquisições no imobilizado nas demonstrações dos fluxos de caixa.

### **Provisão para redução ao valor recuperável**

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. A Administração concluiu que como resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a ser reconhecidas.

### **Depreciação**

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis utilizando as taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens, conforme apresentado a seguir:

<b>Itens de Imobilizado</b>	<b>Range de depreciação</b>
Edificações e benfeitorias	30 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 36 anos
Móveis e Utensílios	16 anos
Veículos	7 anos

## 15 Ativo intangível

	<b>Direito de uso de software</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>1.790</b>
Adição	52
Amortização	(430)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.412</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>1.412</b>
Baixa	(14)
Amortização	(413)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>985</b>
Custo total	2.227
Baixa	(14)
Amortização acumulada	(1.228)
<b>Valor residual</b>	<b>985</b>
<b>Amortização anual - %</b>	<b>20</b>

A Companhia mantém registrado nesta conta a aquisição de licença de *softwares*.

Direitos de uso de *software* são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de *softwares*, desvinculados de equipamentos tangíveis (*hardware*) e são amortizados de forma linear de acordo com base na vida útil estimada do *software*.

## 16 Fornecedores

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Suprimento de energia elétrica	-	531
Petrobras Distribuidora S.A.	375	845
Encargos de uso da rede (a)	3.417	3.223
Wartsila Brasil Ltda (b)	3.008	2.692
Wartsila Switzerland	-	11
Institutos de P&D (c)	1.916	-
Outros fornecedores	1.147	748
<b>Total de fornecedores</b>	<b>9.863</b>	<b>8.050</b>

- (a) Refere-se ao uso da rede básica e sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias
- (b) Refere-se a aquisição de serviço de Operação e Manutenção da planta O&M, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias
- (c) Refere-se ao HH das executoras dos projetos de P&D iniciados em 2019 que terão seus pagamentos realizados, majoritariamente, ao longo de 2019

## 17 Empréstimos, financiamentos e encargos

Instituição financeira	Objetivo	Ref	Juros	Prazo/Vencimento	Circulante			Não circulante	Total	
					Principal	Encargos	Total	Principal	2019	2018
Banco do Nordeste do Brasil - FAT	Construção UTE	(a)	TJLP + 4% a.a.	180 meses – 16/12/2025	-	-	-	-	-	114.977
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	Construção UTE	(b)	8,5% a.a.	156 meses – 10/11/2026	12.352	809	13.161	132.794	145.955	167.197
Itau Unibanco SA - CCB	Construção UTE	(c)	CDI + 2,5% a.a.	84 meses – 31/01/2020	5.519	33	5.552	-	5.552	36.998
Itau Unibanco SA	Compra de OCB1	(d)	CDI + 1,438% a.a.	6 meses – 17/02/2020	10.000	48	10.048	-	10.048	11
Banco ABC Brasil SA	Compra de OCB1	(e)	CDI + 1,20% a.a.	6 meses – 11/05/2020	10.000	29	10.029	-	10.029	30.083
<b>Total de Empréstimos</b>					<b>37.871</b>	<b>919</b>	<b>38.790</b>	<b>132.794</b>	<b>171.584</b>	<b>349.266</b>

A Companhia obteve com as Instituições Bancárias os contratos dos financiamentos para a construção da usina, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

- (a) Em outubro de 2019 a Companhia efetuou a liquidação antecipada do financiamento do FAT no valor de R\$ 101.181.
- (b) Em 13 de agosto de 2010, foram contratados para a construção da usina, com o BNB R\$ 199.785, com taxa de 10% ao ano, bônus de adimplência de 1,5% (correspondente a 8,5%), com vencimento em novembro de 2026. Os recursos são provenientes do FNE. Esse contrato de financiamento prevê garantias reais, financeiras e fidejussórias mínimas de 1,25 x do saldo a pagar do financiamento.
- (c) Em 29 de janeiro de 2013, foram contratados via Cédula de Crédito Bancário, para a construção da usina, o montante de R\$ 150.000 com o Itaú BBA, a uma taxa fixa de 2,5% a.a. mais 100% CDI, para quitação dos empréstimos realizados no BNB referentes à nota de crédito industrial. Esse contrato de financiamento prevê compromissos (covenants) por parte da Companhia, a razão entre a dívida líquida dos bancos e o EBITDA deverá ser menor ou igual a 2,5x (a partir de 31.12.2017). Em 31 de dezembro de 2019 a razão foi de 0,81x e em 31 de dezembro de 2018 foi de 1,7x.
- (d) Conta garantida contratada com o Itaú BBA para aquisição de OCB1, na modalidade à vista. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa praticada era de CDI + 1,438% a.a.
- (e) Conta Garantida renovada em 11 de novembro de 2019 com o Banco ABC do Brasil, a uma taxa de CDI + 1,20% a.a. pelo prazo de seis meses, para aquisição de OCB1, na modalidade à vista.

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>110.714</b>	<b>314.993</b>	<b>425.707</b>
Ingressos	134.481	-	134.481
Transferências	59.197	(59.197)	-
Encargos	40.509	-	40.509
Amortização de principal	(210.619)	-	(210.619)
Pagamento de juros	(40.812)	-	(40.812)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>93.470</b>	<b>255.796</b>	<b>349.266</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>93.470</b>	<b>255.796</b>	<b>349.266</b>
Ingressos	91.576	-	91.576
Transferências	37.152	(37.152)	-
Encargos	29.534	-	29.534
Amortização de principal	(182.536)	(85.850)	(268.386)
Pagamento de juros	(30.406)	-	(30.406)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>38.790</b>	<b>132.794</b>	<b>171.584</b>

Em 31 de dezembro de 2019, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos na seguinte composição:

	2019	2018
2020	-	32.313
2021	14.168	31.480
2022	16.054	33.494
2023	18.026	35.599
2024	23.459	41.401
2024 em diante	61.087	81.509
	<b>132.794</b>	<b>255.796</b>

## 18 Tributos e contribuições sociais

	Ref.	2019	2018
Imposto de renda diferido	(a)	-	922
Contribuição social diferida	(a)	-	332
IRRF		3.103	2.945
INSS		314	397
FGTS		21	21
PIS		291	457
COFINS		1.341	2.116
PIS diferido		-	1
COFINS diferido		-	6
ICMS		-	2
ISS		112	146
Outros		209	463
<b>Total de impostos a pagar e contribuições sociais</b>		<b><u>5.391</u></b>	<b><u>7.808</u></b>
Circulante		5.391	6.554
Não circulante		-	1.254

- (a) Saldo corresponde a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de diferenças temporárias das taxas de depreciação consideradas para fins contábeis e as taxas fiscais.

### 18.1 Conciliação do imposto fiscal corrente

	<u>2019</u>		
	CSLL	IRPJ	TOTAL
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.255	36.859	50.114
Incentivo Sudene (compensado com os impostos correntes 2019)	-	(29.276)	(29.276)
Pagamentos por estimativa	<u>(5.929)</u>	<u>(6.018)</u>	<u>(11.947)</u>
<b>Passivo fiscal corrente</b>	<b><u>7.326</u></b>	<b><u>1.565</u></b>	<b><u>8.891</u></b>
	<u>2018</u>		
	CSLL	IRPJ	TOTAL
Imposto de Renda e Contribuição Social	12.022	33.431	45.453
Incentivo Sudene	-	(26.317)	(26.317)
Pagamentos por estimativa	<u>(8.752)</u>	<u>(6.008)</u>	<u>(14.760)</u>
<b>Passivo fiscal corrente</b>	<b><u>3.270</u></b>	<b><u>1.106</u></b>	<b><u>4.376</u></b>

## 18.2 Conciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	162.065	162.065	145.872	145.872
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação</b>	<b>(14.586)</b>	<b>(40.516)</b>	<b>(13.128)</b>	<b>(36.468)</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:</b>				
<b>(-) Adições:</b>				
Depreciação (diferença taxa contábil x RFB)	(255)	(707)	(255)	(707)
Receitas de órgãos públicos	(14)	(40)	(73)	(204)
Benefício a administradores	-	(64)	-	(62)
Provisão Fornecedores	(410)	(1.140)	(701)	(1.947)
Outras adições	(3)	(7)	(4)	(7)
	<b>(682)</b>	<b>(1.958)</b>	<b>(1.033)</b>	<b>(2.927)</b>
<b>(+) Exclusões:</b>				
Juros sobre capital próprio	1.747	4.853	1.653	4.591
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	283	787
Variação cambial	-	-	7	19
Receitas de órgãos públicos	-	-	14	40
Incentivo fiscal Lei do Bem	266	738	182	504
Outras exclusões	-	24	-	24
	<b>2.013</b>	<b>5.615</b>	<b>2.139</b>	<b>5.965</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	(13.255)	(36.859)	(12.022)	(33.431)
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos sobre diferenças temporárias	679	1.887	722	2.005
Incentivo fiscal SUDENE	-	36.927	-	26.317
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>(12.576)</b>	<b>1.955</b>	<b>(11.300)</b>	<b>(5.109)</b>

### 18.3 Conciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

	2019			2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Ativo</b>						
Provisão fornecedores	12.347	12.347	-	7.787	7.787	-
Base de cálculo do imposto ativo	<b>12.347</b>	<b>12.347</b>	-	<b>7.787</b>	<b>7.787</b>	-
Alíquota	<b>25%</b>	<b>9%</b>	-	<b>25%</b>	<b>9%</b>	-
Imposto ativo	<b>3.087</b>	<b>1.111</b>	<b>4.198</b>	<b>1.947</b>	<b>701</b>	<b>2.648</b>
<b>Passivo (-)</b>						
Depreciação (diferença taxa contábil x RFB)	(8.488)	(8.488)	-	(11.317)	(11.317)	-
Receita de órgãos públicos	-	-	-	(160)	(160)	-
Base de cálculo do imposto passivo	<b>(8.488)</b>	<b>(8.488)</b>	-	<b>(11.477)</b>	<b>(11.477)</b>	-
Alíquota	<b>25%</b>	<b>9%</b>	-	<b>25%</b>	<b>9%</b>	-
Imposto passivo	<b>(2.122)</b>	<b>(764)</b>	<b>(2.886)</b>	<b>(2.869)</b>	<b>(1.033)</b>	<b>(3.902)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>965</b>	<b>347</b>	<b>1.312</b>	<b>(922)</b>	<b>(332)</b>	<b>(1.254)</b>

## 19 Taxas regulamentares

	2019	2018
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	173	367
Ministério das minas e energia (MME)	87	185
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	25.580	23.362
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	98	81
Taxa de Fiscalização CCEE	-	10
<b>Total</b>	<b>25.938</b>	<b>24.005</b>
Circulante	22.336	19.841
Não circulante	3.602	4.164

Os encargos setoriais FNDCT / MME / P&D correspondem a 1% da receita operacional líquida que devem ser aplicados em P&D e em eficiência energética, em conformidade com a Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, e visam financiar o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

Os gastos realizados com os projetos de P&D em curso estão registrados na rubrica de outros créditos no ativo circulante (conforme nota explicativa 13). No final dos projetos o saldo em curso será encerrado contra os recursos do programa destacados acima. O saldo do P&D em curso em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 19.488 (Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 14.644), logo, o saldo a investir em P&D no exercício findo de 2019 era de R\$ 6.092 (Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 8.718).

## 20 Dividendos e juros sobre capital próprio

Deliberação 2018	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 25 de novembro de 2019	JSCP	19.412	0,13868
AGE de 27 de dezembro de 2019	JSCP	19.412	0,13868

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios para o exercício de 2019.

O art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e da Contribuição Social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e considerando o emanado no art. 75 da IN RFB nº 1.700/2017 e na Lei nº 12.973/2014.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias.

Em 2019, a Companhia distribuiu R\$ 25.096 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios apurados em 2018 e R\$ 73.812 de reserva de lucros (dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios de 2018), conforme deliberado em Ata AGOE de 30 de abril de 2019.

Os pagamentos realizados no decorrer de 2019 são relativos ao ano exercício de 2018 e foram atualizados pela SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673/1998, e são líquidos de IRRF.

Segue a base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios:

	2019	2018
<b>Dividendos mínimos - Sobre o lucro líquido ajustado</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>151.444</b>	<b>129.463</b>
(-) Reserva legal	-	(3.878)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(36.927)	(26.317)
<b>(=) Base de cálculo - Dividendos</b>	<b>114.517</b>	<b>99.268</b>
(x) Percentual de 25%, conforme Estatuto Social	25%	25%
<b>(=) Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>28.629</b>	<b>24.817</b>
<b>Demonstração dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:</b>		
Juros sobre capital próprio declarados	19.412	18.362
Dividendos mínimos obrigatórios, complementares	12.129	9.209
Efeito do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08	(2.912)	(2.754)
	<b>28.629</b>	<b>24.817</b>

Será encaminhado para aprovação em AGO, a ser realizada em 2020, o montante de R\$ 12.129 mil de dividendos mínimos complementares obrigatórios de 2019.

A formação do saldo excedente aos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Base de cálculo - Dividendos	114.517	99.268
Dividendos mínimos obrigatórios (bruto de IRRF)	<u>(31.541)</u>	<u>(27.571)</u>
<b>Excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b><u>82.976</u></b>	<b><u>71.697</u></b>

A Diretoria da Companhia irá propor que o montante de R\$ 82.976 excedente aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como Reserva de Lucros, seja distribuído integralmente ao longo do exercício de 2020, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

A movimentação dos saldos dos dividendos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>24.817</b>	<b>23.809</b>
Dividendos complementares	71.697	68.847
Atualização SELIC (líquida de IRRF)	2.394	2.364
Pagamento de dividendos	(83.185)	(80.309)
Pagamento dos Juros sobre Capital Próprio	(15.723)	(14.711)
Propostos do exercício	31.541	27.571
Imposto de renda retido na fonte	<u>(2.912)</u>	<u>(2.754)</u>
<b>Saldo final</b>	<b><u>28.629</u></b>	<b><u>24.817</u></b>

## 21 Outras contas a pagar

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Estoque de peças em garantia (a)	10.244	20.177
Provisão de férias e encargos	383	380
P&D imobilizado em serviço	935	1.285
Provisão manutenção 36k (b)	-	8.854
Provisão honorários de sucumbência (c)	12.347	7.787
Outros	<u>2.088</u>	<u>1.152</u>
<b>Total outras contas a pagar</b>	<b><u>25.997</u></b>	<b><u>39.635</u></b>
Circulante	11.802	21.708
Não Circulante	14.195	17.927

- (a) Saldo corresponde ao estoque de peças em garantia, conforme mencionado na nota explicativa 11.
- (b) A Companhia realizou durante o exercício de 2018 provisão parcial, referente as horas de geração no ano, para aquisição dos pacotes de peças/serviços para manutenção preventiva obrigatória de 36.000 horas dos motores. Nesse exercício, a expectativa da Administração era que houvesse uma geração mínima de 20% até o final do seu contrato de prestação de serviços (PPA). Contudo, diante do cenário atual, descrito no contexto operacional, a Administração entende que haverá uma geração máxima de até 10% médios anuais até o final do PPA, portanto, não haverá a realização dessa manutenção em nenhum motor, por esse motivo, a Administração decidiu reverter a provisão realizada em 2018.

- (c) O Paulo César Pinheiro Advogados patrocina a Companhia em Mandado de Segurança contra a ANEEL e CCEE para afastar penalidades decorrentes do atraso no início da operação comercial da Usina por fato de terceiro, bem como assegurar o recebimento da Receita Fixa proveniente dos CCEARS durante o período em que se encontrava apta a gerar energia, mas impedida de escoá-la ao SIN. Foi concedida tutela antecipada, prolatadas sentença e acordão favoráveis à Companhia, estando pendente o julgamento de recursos interpostos pela ANEEL e CCEE (processo nº 6981-45.2012.4.01.3400). As penalidades giram em torno de R\$ 617 milhões, sendo os honorários de êxito de 2% sobre o benefício econômico gerado com o ganho da causa. Em 2018, a Companhia avaliou que o montante dos honorários, considerando o benefício econômico gerado, seria de aproximadamente R\$ 7,8 milhões, em 2019 a Companhia reavaliou a estimativa e optou por provisionar o montante dos honorários com base nas penalidades do processo.

## **22 Contingências**

A Companhia está exposta às contingências decorrentes de sua operação. Quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações. Com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía nenhuma ação com risco de perda provável.

### **22.1 Ação Ordinária contra União Federal**

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária nº 0036521-07.2013.4.01.3400, contra a União Federal, para afastar os efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, referente à cobrança dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A sentença julgou improcedente o pedido da Companhia, que interpôs recurso de Apelação Cível, recebido no efeito suspensivo e pendente de julgamento. Acredita-se que a ação será julgada procedente, portanto de forma favorável à Companhia. A probabilidade de perda é possível.

### **22.2 Ação contra a CHESF**

A CHESF aplicou penalidades à Companhia, no montante de R\$ 1.200, sob o argumento de inadimplemento contratual por não assinatura tempestiva do Atestado de Recebimento Provisório (ARP). A questão gira em torno de assumir no ARP a obrigação pela doação do imóvel no qual se encontram implantados os *bays* de conexão, obrigação esta que não existe no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) do qual o ARP é um anexo e obrigação subsidiária. Assim, a Suape ajuizou ação 0051007-04.2017.8.17.2001 que se encontra aguardando despacho do juiz para manifestação sobre contestação. A probabilidade de perda é possível.

### **22.3 Ação contra União Federal e ANEEL**

A Companhia, para assegurar a preferência no recebimento da receita proveniente da recomposição de lastro via liquidação do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ajuizou, na condição de associada da ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Térmicas, a ação ordinária nº 0051048-90.2015.4.01.3400 contra a União Federal e a ANEEL, para que as Rés não transfiram o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais da qual não faça parte, relativa aos efeitos dos atuais valores de GSF (*Generation Scalling Factor*) sobre geradores hidrelétricos nas liquidações, já reconhecida por liminar e confirmada por sentença. Eventual revogação da sentença em sede de recurso poderá provocar:

- (i) Condenação ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência de no mínimo 10% e de no máximo 20% sobre o valor da causa, que rateado entre as entre as 14 térmicas que constituem o litisconsórcio ativo da ação, pode implicar no pagamento de R\$ 715 a R\$ 1.430 (valores em reais); e
- (ii) O risco da inadimplência no Mercado de Curto Prazo com o pagamento da receita no Mercado de Longo Prazo, devidamente corrigido conforme a variação do IGPM do momento que era devido até o seu efetivo pagamento.

## 23 Patrimônio líquido

### a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 139.977 em 2019 e 2018 e está representado por 139.977 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, ficando a composição do Capital da Companhia conforme demonstrado no quadro a seguir:

Acionistas	2019 / 2018	
	Ações ordinárias	Valor
Savana SPE Incorporações Ltda.	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	27.995	27.995
	<b>139.977</b>	<b>139.977</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### b. Reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração

Nos exercícios de 2019 e 2018, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ apurado com base no lucro da exploração, suportada pelos Laudos Constitutivos nº 0199/2012, expedidos pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento.

Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

	Valores
Saldo em 1º de janeiro de 2019	112.446
Incentivo apurado no exercício de 2019	36.927
Saldo acumulado de incentivo fiscal	149.373

## 24 Partes Relacionadas

### a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Ata AGO/E de 01 de março de 2019, a Companhia deliberou o montante global de remuneração do pessoal-chave da Administração. O montante pago até 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.622 (até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.541).

### b. Outras transações com partes relacionadas

Em 2019 a Companhia realizou operações de compra de OCB1 com parte relacionada, Petrobras Distribuidora S.A, em 2019 o montante negociado foi de R\$ 143.613 referente aquisição de combustíveis (Em 2018 o montante foi de R\$ 329.396), todas as transações foram precificadas com base em condições de mercado. No exercício findo de dezembro de 2019 o saldo em aberto era de R\$ 375 e deve ser liquidado dentro de três meses da data do balanço (saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 845).

## 25 Receita operacional líquida

	2019	2018
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>		
Receita fixa - disponibilidade	276.502	265.338
Receita geração - demanda	202.368	428.269
Energia elétrica de curto prazo	78.565	111.148
	<b>557.435</b>	<b>804.755</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
(-) Impostos	(44.292)	(65.818)
(-) Programa de P&D e eficiência energética	(4.302)	(6.215)
(-) Taxa de fiscalização	(1.172)	(977)
	<b>(49.766)</b>	<b>(73.010)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>507.669</b>	<b>731.745</b>

O principal fator para redução na receita foi a redução da receita de geração da Companhia. A Companhia teve um despacho médio de 8,45% em 2019 (21,60% em 2018), o despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). A receita fixa é recebida em função da disponibilidade da Companhia para o sistema elétrico.

## 26 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração de resultado do exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	2019	2018
Pessoal	(5.393)	(5.294)
Administradores	(1.599)	(1.503)
Material	(1.063)	(1.338)
Combustível para produção de energia	(139.479)	(314.312)
Serviços de terceiros	(32.772)	(44.614)
Energia elétrica comprada para revenda	(78.227)	(101.698)
Encargos de uso do sistema transmissão	(29.486)	(28.375)
Depreciação e amortização	(23.596)	(23.370)
Tributos	(156)	(145)
Seguros	(4.219)	(3.998)
Outras receitas e despesas	(3.271)	(28.496)
Outros	(1.172)	(1.665)
<b>Total custos e despesas operacionais</b>	<b>(320.433)</b>	<b>(554.808)</b>
<b>Classificados como:</b>		
Custo do serviço de energia elétrica	(222.567)	(402.105)
Custo de compra de energia elétrica	(78.227)	(101.698)
Gerais e administrativas	(16.367)	(22.510)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	(3.272)	(28.495)
<b>Total outras despesas e receitas</b>	<b>(320.433)</b>	<b>(554.808)</b>

O principal fator para redução nos custos e despesas operacionais foi a redução na geração da Companhia, despacho médio de 8,45% em 2019 (21,60% em 2018).

## 27 Resultado financeiro

	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	6.423	8.132
Acréscimos e multas moratórias	(117)	1.188
Atualização cambial	234	145
Outros	2.404	2.925
	<b>8.944</b>	<b>12.390</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívidas (a)	(27.327)	(36.960)
Atualização cambial	(188)	(1.164)
Outros	(6.600)	(5.331)
	<b>(34.115)</b>	<b>(43.455)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(25.171)</b>	<b>(31.065)</b>

- (a) O empréstimo do Banco do Nordeste – FNE prevê um bônus de adimplência de 15% sobre os encargos da dívida para os pagamentos efetuados até o vencimento, no exercício de 2019 o bônus de adimplência foi de R\$ 2.205 (Em 2018 foi de R\$2.498). O montante dos encargos de dívidas apresentado acima está líquido desse bônus.

O principal fator de redução do resultado financeiro foi a diminuição nas despesas com juros devido à redução do endividamento da Companhia.

## 28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo.

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo foram definidos da seguinte forma:

**Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos

**Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

**Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Nota	Índice	Nível (*)	2019		2018	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>							
Caixa	8	-	-	2.861	2.861	7.345	7.345
Depósitos Bancários	8	CDB	(2)	14.410	14.410	6.269	6.269
Aplicação Financeira - FAT	9	CDI	(2)	-	-	53.203	53.203
Aplicação Financeira - FAT - Garantia	9	CDI	(2)	-	-	26.100	26.100
Aplicação Financeira - FNE - Garantia	9	CDI	(2)	6.711	6.711	35.070	35.070
Aplicação Financeira - CCG - Garantia	9	CDI	(2)	3.911	3.911	3.695	3.695
Aplicação Financeira - CCT - Garantia	9	CDI	(2)	135	135	127	127
Contas a receber	10	-	-	75.251	75.251	70.400	70.400
Outros créditos	13	-	-	9.879	9.879	9.879	9.879
<b>Total Ativo</b>				<b><u>113.158</u></b>	<b><u>113.158</u></b>	<b><u>212.088</u></b>	<b><u>212.088</u></b>
<b>Passivo</b>							
Fornecedores	16	-	-	9.863	9.863	8.050	8.050
Outras contas a pagar	21	-	-	13.260	13.260	16.641	16.641
Empréstimo - FAT	17	TJLP	(2)	-	-	114.977	114.977
Empréstimo - FNE	17	Fixo	(2)	145.955	145.955	167.197	167.197
Empréstimo - CCB	17	CDI	(2)	5.552	5.552	36.998	36.998
Empréstimo - Conta Garantida	17	CDI	(2)	10.048	10.048	11	11
Empréstimo - Conta Garantida	17	CDI	(2)	10.029	10.029	30.083	30.083
<b>Total Passivo</b>				<b><u>194.707</u></b>	<b><u>194.707</u></b>	<b><u>373.957</u></b>	<b><u>373.957</u></b>
<b>TOTAL</b>				<b><u>(81.549)</u></b>	<b><u>(81.549)</u></b>	<b><u>(161.869)</u></b>	<b><u>(161.869)</u></b>

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

**a. Análise de sensibilidade**

Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de CDI, segue abaixo simulação do pior cenário dentre os possíveis e comentários:

	Exposição	Risco	Redução/(Aumento) do Índice em					
			10%	15%	20%	25%	Total	
<b>Ativo</b>								
Instrumentos Financeiros Ativos - Não Derivativos	113.158	Alta CDI	136	68	68	68	340	
Instrumentos Financeiros Passivos - Não Derivativos	(194.707)	Alta CDI	(180)	(90)	(90)	(90)	(450)	
	<u>(81.549)</u>		<u>(44)</u>	<u>(22)</u>	<u>(22)</u>	<u>(22)</u>	<u>(110)</u>	

O Cenário demonstrado representa o pior cenário dentre os possíveis. Todavia, a Companhia classifica esse cenário como remoto para o próximo ano pois estamos observando uma queda na CDI e o percentual de variação sobre a exposição corrente é de apenas 0.1%, portanto imaterial.

**b. Análise de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financ. não derivativos	Nota	2019	< 3 meses	3-12 meses	1-3 anos	4-5 anos	Mais 5 anos	Total
<b>Fornecedores</b>								
Petrobras Distribuidora S.A	16	375	375	-	-	-	-	375
Encargos de Rede	16	3.417	3.417	-	-	-	-	3.417
Wartsila Brasil	16	3.008	3.008	-	-	-	-	3.008
Paulo César Pinheiro Adv	21	12.347	-	-	12.347	-	-	12.347
Outros	21	913	-	-	913	-	-	913
Outros	16	3.063	1.830	1.233	-	-	-	3.063
<b>Total Fornecedores</b>		<u>23.123</u>	<u>8.630</u>	<u>1.233</u>	<u>13.260</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.123</u>
<b>Empréstimos</b>								
FNE	17	145.955	3.747	9.414	48.248	55.349	29.197	145.955
CCB	17	5.552	5.552	-	-	-	-	5.552
Conta Garantida	17	10.048	-	10.048	-	-	-	10.048
Conta Garantida	17	10.029	-	10.029	-	-	-	10.029
<b>Total Empréstimos</b>		<u>171.584</u>	<u>9.299</u>	<u>29.491</u>	<u>48.248</u>	<u>55.349</u>	<u>29.197</u>	<u>171.594</u>
<b>Total</b>		<u>194.707</u>	<u>17.929</u>	<u>30.724</u>	<u>61.508</u>	<u>55.349</u>	<u>29.197</u>	<u>194.707</u>

**(i) Comentários referente o saldo para fornecedores:**

O pagamento dos fornecedores ocorrerá de acordo com o vencimento, estimado em sua maioria para o 1º trimestre de 2020.

Em 2012 a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº nº 6981-45.2012.4.01.3400 para suspender os efeitos do despacho do Diretor Geral da ANEEL nº 217/2012, de 08 de fevereiro de 2012, e assim determinar, a partir da intimação da decisão liminar e até posterior julgamento do processo, o cumprimento pleno do contrato de concessão (CCEAR referente ao leilão A-5 de 2007), inclusive mediante o pagamento de receita fixa à concessionária, independentemente da aquisição de lastro de energia no mercado ou outra modalidade de garantia. Foram concedidas liminar, sentença e acórdão favoráveis à Suape, sendo a probabilidade de perda remota. Face à relevância dos honorários de êxito que serão devidos quando do trânsito em julgado da decisão, a Companhia provisionou o montante de R\$ 12.347 que se espera que ocorra em 2021.

**(ii) Comentários referentes o saldo para empréstimos:**

Os financiamentos do FNE e CCB foram para a construção da Usina. O CCB será liquidado em janeiro de 2020 e o FNE de acordo com os vencimentos.

Os financiamentos de curto prazo na modalidade conta garantida foram tomados com a finalidade de efetuar compras de OCB1 à vista, visto que apresentava bons resultados financeiros para a empresa e deverão ser liquidados no 2º semestre de 2020.

**c. Gestão de risco**

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seu Conselho de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

**(i) Risco de taxa de juros:**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

**(ii) Risco de crédito**

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

**(iii) Risco de aceleração de dívidas**

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

**d. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

Com relação ao risco de crédito, o histórico de inadimplência das 35 distribuidoras com as quais a Suape Energia firmou os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARS é baixo, não havendo histórico de perdas passadas para a Companhia, tendo ocorrido por curtos lapsos temporais face à rigorosa atuação da ANEEL e CCEE junto as mesmas, além da oferta de subsídios do Governo para a perenidade de serviço essencial à população.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

**29 Seguros**

A Companhia possui cobertura de seguros, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações e, que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações. As principais coberturas são:

<b>Seguros</b>	<b>Data da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Responsabilidade Civil Geral	09/01/2021	25.000
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/2020	40.000
Responsabilidade Civil Ambiental	18/09/2020	15.000
Riscos Nomeados e Operacionais	10/03/2020	649.384
Automóveis	10/03/2020	100% tabela FIPE
Seguro de vida dos colaboradores	31/03/2020	24 x remuneração

## **Conselho de Administração**

Fernando Ferraz Marcondes de Souza  
Conselheiro Presidente

Carlos Alberto Mansur Filho  
Conselheiro

Dean William Moraes Carmeis  
Conselheiro

Nelson Ambra Castro Junior  
Conselheiro

Walkiria Galastrí  
Conselheira

## **Diretoria**

Nelson Ambra Castro Junior  
Diretor Presidente

José Faustino da Costa Cândido  
Diretor Técnico

Rodrigo Andrade Arantes  
Diretor Financeiro

## **Contadora**

Danúbia Gercina da Silva  
CRC: PE-028436/O-9